



Lula tentou acalmar a multidão, mas Ulysses ficou constrangido.



O ato, um tumulto generalizado em frente à rampa.



Novos pacotes de emendas para a "montanha de papéis" de Ulysses

Vaias e insultos para Ulysses

Foi no ato público de entrega das emendas populares, que reuniu duas mil pessoas. Lula, por sua vez, só conseguiu falar depois, quando defendeu eleições diretas.

O ato público de entrega coletiva de propostas de emendas populares à Constituinte, promovido por 20 entidades civis, acabou transformando-se numa manifestação de hostilidade contra o deputado Ulysses Guimarães e em favor das diretas em 88. Cerca de duas mil pessoas participaram do ato, realizado ontem no Salão Negro do Congresso. Aos gritos de "traidor", "puxa-saco do Sarney" e "diretas-já", o presidente da Constituinte recebeu das mãos do presidente da CUT, Jair Meneguelli, documento que formalizou a apresentação de 18 propostas populares, com um total de mais de dois milhões de assinaturas.

O tumulto generalizado não permitiu sequer que o líder do PT na Constituinte, Luís Inácio Lula da Silva, saudasse as caravanas de diversos Estados, que participaram do ato. Nem com o auxílio de um megafone, Lula conseguiu ser ouvido e acabou adiando seu discurso para o comício que se seguiu, na rampa do Congresso, promovido pelo Comitê Pró-Diretas do Distrito Federal.

Ulysses chegou ao Salão Negro acompanhado de diversos líderes e um grande número de constituintes. Na entrada, ele parou nas escadarias, acenando para a multidão que se acotovelava no salão. Em meio a bandeiras, faixas e estandartes, a torcida das diretas começou a vaiá-lo: "Tá claro, tá claro como dia; a Nova República é a velha burguesia", "puxa-saco do Sarney", "fora, Sarney", "traidor, traidor". O clima ficou tenso, mas mesmo assim Ulysses foi para o meio do salão e subiu numa mesa de mármore, ao lado de Lula, de Jair Meneguelli e do líder do PC do B, Aldo Arantes, para receber simbolicamente as propostas populares. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, não quis entrar: "Assim não dá, eles colocam torcida organizada e querem que o dr. Ulysses ganhe o jogo no campo do adversário. Ai eu não entro".

A cena

Enquanto Lula acenava, pedindo silêncio e tentando conter os manifestantes que cercavam a mesa principal, Ulysses Guimarães fazia um verdadeiro exercício de malarismo, para não ter que se segurar no líder do PT para não cair. "A última coisa que o dr. Ulysses faria hoje era posar para os fotógrafos abraçado com o Lula" — comentou um constituinte que assistia a cena.

Ulysses finalmente deixou o Salão Negro, mais uma vez ao som dos gritos de "traidor". Do lado de fora, alguém gritou mais forte: "E traidor mesmo". Os agentes de segurança tentaram identificar o manifestante como um deputado do Norte do País, mas acabaram desistindo, porque ninguém sabia ao certo o nome do parlamentar. O presidente da Constituinte, em diversas entrevistas, comentou as vaias, dizendo que as manifestações, "tanto de aplauso como de descontentamento são normais na democracia". Vários constituintes foram ao seu gabinete solidarizar-se, entre eles o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas.

"O Ulysses respinga ternura", disse Covas que, ao saber que o presidente do seu partido havia sido vaiado, preferiu não assistir à entrega das emendas, temendo que, sendo bem recebido, o confronto poderia ser explorado, principalmente pelos que estão jogando na implosão do PMDB.

O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), que esteve com Ulysses Guimarães para a entrega de emenda que estabelece paridade salarial para os aposentados e pensionistas, teve outra versão do presidente da Constituinte para as vaias. Segundo ele,

Cabral conclui o esboço. Há consenso.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, entregará segunda-feira às lideranças do PMDB — e depois aos demais partidos — o esboço do substitutivo ao anteprojeto da futura Constituição, elaborado a partir das contribuições de quatro grupos diferentes formalizados entre os constituintes. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, observou que o documento engloba os temas polêmicos e não polêmicos discutidos conjuntamente pelos grupos interessados no consenso, que foi atingido em relação à maioria das questões.

O esboço, ainda segundo Fernando Henrique, manterá os dispositivos originais referentes a cinco anos de mandato presidencial e regime de governo parlamentarista. Essas duas questões não foram debatidas pelos grupos, por entenderem que derivam de convicções pessoais e só poderão ser resolvidas em plenário, pelo voto.

O relator Bernardo Cabral recebe hoje às 10 horas o substitutivo do "grupo dos 32", liderado pelo senador José Richa, reduzido a 219 artigos, e concluído mediante acordo com o grupo suprapartidário liderado pelo deputado Euclides Scalco, que tratou dos temas polêmicos. O substitutivo, batizado de "Hércules" em sua redação final, conseguiu al-

cançar o consenso na maioria dos itens, inclusive a reforma agrária, tido como o mais controverso. Até o dia 23 próximo o substitutivo de Cabral será entregue à Comissão de Sistematização, podendo receber emendas quanto ao mérito até o dia 29. Até o dia 7 de setembro, as emendas serão apreciadas e o substitutivo ficará pronto para ir a plenário, iniciando-se o processo de apreciação e votação das emendas. Nas reuniões finais, antes da apresentação do esboço, será debatida a realização de plebiscito para aprovar a redação da nova Carta ou seus pontos mais polêmicos, como o regime parlamentarista.

Com relação à anistia aos militares, há ainda dúvidas, mas poderá prevalecer proposta do senador Agripino Maia (PFL-RN) pela qual a anistia será extensiva, além dos oficiais, aos cabos e praças, com reintegração mas sem pagamento de atrasados nem promoções. Esta solução encontrada pelo grupo de consenso não agradou, porém, aos ministros da Marinha e do Exército, que só conhecem a anistia concedida pelo governo Figueiredo e a extensiva, quando da convocação da Constituinte em 1985. Já o ministro da Aeronáutica prefere aguardar a votação da Constituinte, embora já se tenha manifestado contra a atual.

Lula e Afif: debate na sessão da noite.

Os deputados Afif Domingos (PF-SP) e Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) dividiram ontem as atenções da sessão noturna da Constituinte sobre direitos trabalhistas e liberdade sindical. Lula defendeu a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas; Afif retrucou, dizendo que tal proposta inviabiliza amplos setores da economia "e colocará as microempresas na clandestinidade, favorecendo a corrupção".

"A sociedade brasileira não precisa da tutela do Estado, mas de liberdade para encontrar seu caminho com maturidade", afirmou Afif. "Com liberdade teremos condições de ampliar as conquistas sociais e evoluir da situação de confronto entre empresários e trabalhadores para a de negociação", disse ainda Afif. Lula observou, então, que sua experiência de conversas mostrou que "não adianta dialogar com os empresários". "Sobre isso não posso vender ilusão. A mentalidade do empresário brasileiro é igual a do começo da industrialização na Inglaterra."

Afif lamentou que o Estado está colocado como fim e não como meio — "e seu mau uso está ligado à falta de organização política da sociedade, inclusive sem partidos políticos originários das bases". E acrescentou: "Com isso, o Estado é o permanente opressor

da sociedade e somos vítimas eventuais de caudilhos populistas ou ditaduras militares".

Lula prosseguiu, acusando os empresários de manipular "certas lideranças sindicais acostumadas a dizer amém às ditaduras e não discutir os problemas da classe". Afif criticou o papel intervencionista do Estado e a falta de fiscalização "da maneira mais adequada pelos trabalhadores, dos benefícios sociais para os quais as empresas descontam tributos. E sugeriu a opção da previdência através das próprias empresas. Lembrou, a seguir, os abusos cometidos pelo BNH e defendeu o fim do imposto sindical para acabar com a manipulação dos sindicatos pelo Estado.

Voltando a condenar a estabilidade no emprego na forma prevista pelo anteprojeto constitucional, Afif defendeu a criação de um sistema de garantias no contrato de trabalho, fiscalizado pelos próprios trabalhadores, no qual seriam estabelecidas também as punições ao empregador, no caso de demissão desmotivada. Por fim, sugeriu um sistema adequado à realidade de cada região e às condições das empresas. "Vamos estudar uma legislação que permita negociação entre empregados e empresários".

DESTAQUE POLITICO

"O problema do PMDB é mais de entrar do que de sair"

Ulysses Guimarães, comentando a dissidência socialista no PMDB.

O senador Albano Franco disse ontem, na sessão noturna da Constituinte, que a liberdade política depende da liberdade econômica. Para o senador do PMDB de Sergipe esse objetivo só será alcançado com a diminuição do peso excessivo do Estado na economia. Segundo ele, cabe à Constituinte estabelecer os limites do Estado no sistema produtivo.

Já a bancada do PDS na Assembléia Nacional assinou manifesto defendendo a livre iniciativa "como força propulsora da economia, e a justiça social como fundamento de uma vida digna e pacífica". O documento foi aprovado pela Executiva Nacional do partido, reunida ontem.

Por novas manobras do PDS, PTB e PFL, foi adiada para hoje a decisão da Assembléia paulista sobre a suspensão ou não de processos criminais contra o deputado Afanásio Jazadji, do PDS. O PT é contra a suspensão, enquanto o PMDB ainda está decidindo sua posição.

O chanceler do México, Bernardo Sepúlveda, disse ontem que a visita que o presidente Sarney fará ao seu país, a partir desta

Num encontro de lideranças do comércio, ontem em Porto Alegre, os 400 empresários presentes divulgaram uma "carta aberta aos constituintes", postulando a "mais ampla liberdade de trabalho para todos, sem restrições constitucionais ou de leis ordinárias que tolham a livre negociação". Os empresários rejeitam a estabilidade, a redução da jornada de trabalho e a proibição de horas extras. A carta será levada hoje a Brasília.

O deputado Koyu Iha (PMDB-SP) enviou telex ao Planalto negando que tivesse ouvido o presidente Sarney responsabilizar o ex-governador Leonel Brizola pelas agressões à sua comitiva, no Rio, em junho. Koyu Iha se colocou à disposição do STF para prestar

O presidente Sarney quer distribuir logo as dezenas de cargos de alto nível que ainda não foram preenchidos. Segundo o ministro Ronaldo Costa Couto, ontem, Sarney nomeou o peemedebista Jeremias Soares de Oliveira (RN) para a superintendência da Sudepe, além de outros três diretores da CEF, também do PMDB. Costa Couto lembrou que estão vagas algumas diretorias do IBDF, assim como cargos regionais desse órgão e do Inbra.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, criou a Escola de Administração, que começará a funcionar em janeiro de 89 e ocupará as dependências do Colégio Militar de Salvador, a ser desativado até dezembro de 88. Os colégios militares de Curitiba, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza também serão desativados e substituídos por outras escolas para várias especialidades do Exército.

A diretoria do Banco do Estado de Pernambuco está abusando das mordomias. Segundo denúncia do vice-líder do PFL na Assembléia, Carlos Porto, oito gerentes do Bandeje recebem aproximadamente 45 mil cruzados como auxílio-moradia. Já o presidente do banco, Teófilo Nogueira, recebe

razão de vaiar". Farabulini não explicou porque.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, condenou, por sua vez, as vaias a Ulysses Guimarães. E garantiu que a entidade "não teve nada a ver com isso". Para ele, as forças progressistas devem alinhar-se aos setores menos radicais para elaborar uma boa Constituição.

Índios, publicitários, monarquistas...

Na entrega coletiva das emendas populares ao presidente da Constituinte, o Congresso acabou invadido ontem por um verdadeiro exército popular. Índios coloridos se misturavam a elegantes empresários do setor publicitário (Associação Brasileira das Agências de Publicidade), que pediam a revogação do artigo do substitutivo do relator Bernardo Cabral que proíbe a propaganda de cigarros, remédios, bebidas e agrotóxicos nos meios de comunicação. Enquanto isso, senhoras da tradicional família gaúcha pediam a realização de um plebiscito para saber se a população brasileira quer voltar ao regime monarquista.

No gabinete de Ulysses as emendas não paravam de chegar: a favor do direito à saúde; pela criação do Estado do Triângulo Mineiro; manutenção do Sesi, Senac, Senai e Sesc pela iniciativa privada; e criação do Estado do Iguazu, com o desmembramento de terras dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

A emenda da reforma agrária — com cerca de um milhão de assinaturas, patrocinada pela Contag e outras entidades do setor — prevê que os módulos com mais de 60 mil hectares serão "automaticamente desapropriados e distribuídos aos pequenos agricultores sem terra". Propõe, ainda, a imissão imediata da propriedade desapropriada e a definição de uma política agrícola voltada para a produção de alimentos.

Dois emendas são em favor das populações indígenas, com 80 mil assinaturas. Uma, patrocinada pelo Conselho Indigenista Missionário, assegura o reconhecimento do direito dos índios sobre as terras que ocupam, "sua organização social, seus usos, costumes, tradições e autonomia na gestão dos bens e negócios que lhes dizem respeito"; e considera bens das nações indígenas as terras por eles ocupadas, "as riquezas naturais do solo, o subsolo, dos cursos fluviais, os lagos localizados em seus limites". A outra emenda, patrocinada pela União das Nações Indígenas, permite a pesquisa e lavra de recursos minerais naquelas terras, desde que feitas pela União, em regime de monopólio e prévia autorização dos índios.

Foram apresentadas, ainda, propostas de emendas em favor do ensino público e gratuito — com 300 mil assinaturas —; direito das crianças e dos adolescentes; democratização dos meios de comunicação, patrocinada pela Fenaj e CUT; contra a interferência militar na política, da UNE; liberdade e autonomia sindical (CUT e PT); reforma urbana, da Federação dos Arquitetos e Engenheiros; e pela suspensão do pagamento da dívida externa, patrocinada pela UNE e Conam.

Emenda das diretas

Numa deferência especial, o deputado Ulysses Guimarães vai hoje ao gabinete do